

CONTRATO 4500055597

Objeto: Prestação de serviço para desenvolvimento de atividades relacionadas ao suporte aos usuários do módulo Project System – PS/SAP e ao gerenciamento de projetos e empreendimentos de engenharia, utilizando a metodologia do PMBOK® do Project Management Institute - PMI®. Os serviços a serem prestados para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte incluem, entre outras, execução de tarefas, proposição de melhorias nos processos e transferência de conhecimento pela contratada.

Contratada: THS Tecnologia, Informação e Comunicação Ltda.

Valor: R\$ 776.599,92

Licitação: PE-02-2-172387

INDICE

| | |
|---|-----------|
| CLÁUSULA 1ª – OBJETO | 3 |
| SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COM FOCO EM GESTÃO DO PORTFÓLIO:..... | 3 |
| SERVIÇOS DE SUPORTE AOS USUÁRIOS DO MÓDULO PS E SAC DO SAP COM FOCO EM GESTÃO DO PORTFÓLIO:..... | 4 |
| DA ORGANIZAÇÃO DO PROJETO: | 4 |
| CLÁUSULA 2ª – DOCUMENTOS CONTRATUAIS E ORDEM DE PREVALÊNCIA..... | 5 |
| CLÁUSULA 3ª – VALOR DO CONTRATO | 5 |
| CLÁUSULA 4ª – REGIME TRIBUTÁRIO | 6 |
| CLÁUSULA 5ª – PRAZOS..... | 7 |
| CLÁUSULA 6ª – EXECUÇÃO DO CONTRATO | 8 |
| CLÁUSULA 7ª – RECEBIMENTO DO OBJETO | 10 |
| CLÁUSULA 8ª – DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES | 10 |
| CLÁUSULA 9ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA | 11 |
| CLÁUSULA 10ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE..... | 12 |
| CLÁUSULA 11ª – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO | 12 |
| CLÁUSULA 12ª – SUBCONTRATAÇÃO | 15 |
| CLÁUSULA 13ª – ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO | 15 |
| CLÁUSULA 14ª – EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO | 16 |
| CLÁUSULA 15ª – FORMALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS | 17 |
| CLÁUSULA 16ª – RESCISÃO | 17 |
| CLÁUSULA 17ª – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS | 18 |
| CLÁUSULA 18ª - PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE..... | 19 |
| CLÁUSULA 19ª - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... | 19 |
| CLÁUSULA 20ª – ATOS LESIVOS À CONTRATANTE | 20 |
| CLÁUSULA 21ª – RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA..... | 21 |
| CLÁUSULA 22ª – POLÍTICA DE CONFORMIDADE..... | 22 |
| CLÁUSULA 23ª – PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA | 24 |
| CLÁUSULA 24ª - CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DAS EMPRESAS ELETROBRAS | 24 |
| CLÁUSULA 25ª - DUE DILIGENCE DE SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE..... | 24 |
| CLÁUSULA 26ª - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE CONTRATO | 25 |
| CLÁUSULA 27ª FORO | 27 |

CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE E THS TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES RELACIONADAS AO SUPORTE AOS USUÁRIOS DO MÓDULO PROJECT SYSTEM – PS/SAP E AO GERENCIAMENTO DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS DE ENGENHARIA, UTILIZANDO A METODOLOGIA DO PMBOK® DO PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI®. OS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS INCLUEM, ENTRE OUTRAS, EXECUÇÃO DE TAREFAS, PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS NOS PROCESSOS E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PELA CONTRATADA.

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, doravante denominada CONTRATANTE, empresa controlada da Eletrobras, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com sede e endereço no SEPN 504, Bloco D, Centro Corporativo Portinari, Asa Norte, CEP: 70.730-524, Brasília-DF, CNPJ 00.357.038/0001-16, Inscrição Estadual 07.326.199/001-83, e THS Tecnologia, Informação e Comunicação Ltda, doravante denominada CONTRATADA, com sede Av. Castanheiras Lote 920, Bloco a Sala 11 Águas Claras/DF, CEP: 71.900-100., CNPJ:10.757.593/0001-99, por meio de representante(s) legal (is) no final nomeado(s) e assinado(s), celebram o presente Contrato, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato a Prestação de serviço para desenvolvimento de atividades relacionadas ao suporte aos usuários do módulo Project System – PS/SAP e ao gerenciamento de projetos e empreendimentos de engenharia, utilizando a metodologia do PMBOK® do Project Management Institute - PMI®. Os serviços a serem prestados incluem, entre outras, execução de tarefas, proposição de melhorias nos processos e transferência de conhecimento pela contratada, conforme INCOTERMS 2020, segundo disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.1.1. Descrição detalhada do objeto:

A contratação se dará por meio de dois itens independentes, com os seguintes requisitos e serviços cada:

Serviços de acompanhamento de implantação de empreendimentos com foco em Gestão do Portfólio:

a) Acompanhar, avaliar e propor soluções, sobre o processo de acompanhamento de implantação de empreendimentos de energia próprios; b) Acompanhar, avaliar e

propor soluções, sobre o processo de acompanhamento do desempenho das Sociedades de Propósito Específico – SPE, em que a empresa detenha participação acionária ou em consórcios, sempre que formos demandados;

- b) Acompanhar, avaliar e propor soluções, da elaboração e revisão periódica do Plano de Negócios da companhia envolvendo ativos próprios;
- c) Acompanhar, avaliar e propor soluções, da revisão periódica do Plano de Negócios das SPEs em que a empresa detenha participação acionária, sempre que formos demandados;
- d) Apoiar, sempre que solicitado, a sistemática de monitoramento das SPEs em que a empresa detenha participação acionária, em especial no tocante as demandas técnicas;
- e) Receber, mensalmente, as informações das SPEs e atualizar o Relatório de Acompanhamento de Obras;
- f) Acompanhar a elaboração e execução do orçamento de investimento e cronogramas físico-financeiros dos empreendimentos próprios e em parceria da Eletronorte;
- g) Receber, analisar e acompanhar as informações relativas ao acompanhamento físico e custos praticados nas diversas etapas dos empreendimentos próprios e em parceria da Eletronorte;
- h) Oferecer suporte e desenvolvimento de usuários para o gerenciamento de empreendimentos próprios e em parceria da Eletronorte.

Serviços de suporte aos usuários do módulo PS e SAC do SAP com foco em Gestão do Portfólio:

- a) Possuir sólida experiência em gestão de projetos de TI;
- b) Possuir sólidos conhecimentos de projetos e metodologias (Ágil e Tradicional);
- c) Oferecer suporte e desenvolvimento de usuários, baseado em sua sólida experiência no módulo SAP PS (Project System), promovendo a integração deste aos principais módulos do sistema, tais como MM (Material Management), CO (Controlling), FI-AA (Asset Administration), DMS (Document Management System), CATS (Cross Application Time Sheet) entre outros.
- d) Oferecer suporte e desenvolvimento de usuários, utilizando seu domínio de construção de perfis de acesso no sistema, fazendo uso de ferramentas facilitadoras para cargas de dados, criação de variantes de tela, entre outras, no módulo SAP PS (Project System) e demais módulos correlatos;
- e) Oferecer suporte e desenvolvimento de usuários, utilizando seu conhecimento em Business Intelligence com SAP Analytics Cloud (SAC), com conhecimentos em Hana Cloud Platform / SAP BW.

Da Organização do Projeto:

- a) O Projeto será desenvolvido integrando-se uma equipe própria da Eletronorte, associada à equipe de Consultoria específica objeto dessa contratação.

- 1.2. O detalhamento do objeto deste Contrato, especificações, quantidades e preços encontram-se definidos na Planilha de Quantidades e Preços (Anexo III do contrato) e no Termo de Referência (Anexo IV do Edital).
- 1.3. O objeto deverá ser executado (serviço) pela CONTRATADA, rigorosamente de acordo com os termos do mesmo e seus apensos, nas condições expressamente aceitas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA 2ª – DOCUMENTOS CONTRATUAIS E ORDEM DE PREVALÊNCIA

- 2.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao Edital de Licitação PE-02-2-172387, seus Anexos e Adendos, sendo a sua execução regida pelas Cláusulas e condições aqui estabelecidas e, naquilo que com ele não for conflitante, pelo disposto nos documentos a seguir relacionados, que são de pleno conhecimento das partes:
 - a) Ata de Realização do Pregão Eletrônico 172387/2022, de 04/03/2022
 - b) Proposta da CONTRATADA S/nº, datada de 09/03/2022.
- 2.2. Ocorrendo divergências entre o estipulado nos documentos anteriormente relacionados e o Contrato, prevalecerão as disposições do Contrato, seguindo-se as dos restantes documentos, na mesma ordem em que encontram mencionados.
- 2.3. Esta contratação segue os princípios e normas constantes do “Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços” que se encontra disponível no *site* da CONTRATANTE no endereço eletrônico **www.eletronorte.gov.br**, menu principal **Compras e Licitações**, opção **“Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços”**.
- 2.4. Esta contratação é aderente ao programa de conformidade das empresas Eletrobras.

CLÁUSULA 3ª – VALOR DO CONTRATO

- 3.1. Como contrapartida à execução do objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE deve pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 776.599,92 (setecentos e setenta e seis mil quinhentos e noventa e nove Reais e noventa e dois centavos), sendo que o recurso financeiro destinado ao pagamento está definido no orçamento da CONTRATANTE, na Requisição de Contratação nº 3000251954, conforme o seguinte quadro:

| Centro Financeiro | Item Financeiro | Func. Program. | Cat. Econômica | Desemb. Anual |
|-------------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| NA00831900 | 4121017001 | - | - | R\$ 776.599,92 |

- 3.2. Os preços propostos incluem todos os impostos, tributos, contribuições, inclusive parafiscais, encargos e taxas vigentes na Legislação Brasileira para a execução do objeto desta contratação, e deverão incluir também, todos os custos diretos e indiretos inerentes, tais como os a seguir indicados, porém sem se limitar aos mesmos: despesas com pessoal, inclusive obrigações sociais, despesas administrativas, administração, diárias, viagens, alimentação, fornecimento de materiais e equipamentos de apoio, locação de veículos, lucro e outras despesas necessárias a boa realização dos serviços, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus adicionais.

- 3.3. Havendo convênio/protocolo que estabeleça a substituição tributária, o diferencial de alíquota de ICMS recolhido pela CONTRATADA será reembolsado pela CONTRATANTE, desde que destacado na Nota Fiscal e mediante a apresentação do comprovante de recolhimento.
- 3.4. Os preços referentes ao objeto deste Contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.
- 3.5. Caso o prazo contratual ultrapasse 12 (doze) meses, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, a mesma poderá requerer a atualização de seus preços, que serão reajustados, para mais ou para menos, de acordo com a seguinte fórmula, sendo anual a periodicidade do reajuste, contada a partir da data da proposta.

$$VR = Vo \times [(IPCAR/IPCAo)-1], \text{ onde:}$$

| | |
|---------|---|
| V_R | Valor da parcela reajustado; |
| V_o | Preço básico da parcela de pagamento contratual a ser reajustada, a preços da proposta; |
| $IPCAR$ | Índice Nacional de Preços ao Consumidor-Amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referente ao mês do reajuste; |
| $IPCAo$ | Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referente ao mês da apresentação da proposta. |

- 3.6. A fim de superar a indisponibilidade de índices econômicos, serão utilizados os últimos índices conhecidos, sendo complementado o reajuste quando da publicação dos índices correspondentes.
- 3.7. Fica resguardada às partes a revisão dos valores do Contrato, conforme disposto no artigo 93 do Regulamento.
- 3.8. A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

CLÁUSULA 4ª – REGIME TRIBUTÁRIO

- 4.1 Os preços propostos incluem todos os impostos, tributos, contribuições, inclusive parafiscais, encargos e taxas vigentes na Legislação Brasileira para a execução do objeto desta contratação, e deverão incluir também, todos os custos diretos e indiretos inerentes, tais como os a seguir indicados, porém sem se limitar aos mesmos: despesas com pessoal, inclusive obrigações sociais, despesas administrativas, administração, diárias, viagens, alimentação, fornecimento de materiais e equipamentos de apoio, locação de veículos, lucro e outras despesas necessárias a boa realização dos serviços, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus adicionais.
- 4.1.1 Havendo convênio/protocolo que estabeleça a substituição tributária, o diferencial de alíquota de ICMS recolhido pela CONTRATADA será reembolsado pela CONTRATANTE, por meio de Apostilamento, desde que destacado na Nota Fiscal e mediante a apresentação do comprovante de recolhimento.

- 4.1.2 Caso haja ou seja instituída a substituição tributária para os equipamentos/bens objeto da contratação ou suas partes durante a vigência contratual, o valor do DIFAL devido pela CONTRATANTE e recolhido pela CONTRATADA será reembolsado, desde que devidamente destacado em campo próprio na nota fiscal e observadas as demais disposições legais, mediante apresentação do comprovante de recolhimento, no intuito de assegurar à CONTRATANTE o devido controle junto ao fisco estadual.
- 4.1.3 A CONTRATADA deverá aplicar a alíquota interestadual de ICMS de 4% (quatro por cento) caso o objeto do Contrato contemple mercadorias e bens importados abrangidos pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 25/04/2012, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 38/2013, ratificado pelo Ato Declaratório nº 9, publicado no DOU em 11/06/2013.
- 4.2 Caso, a qualquer tempo, a CONTRATADA seja favorecida com benefícios fiscais, isenções e/ou reduções de natureza tributária em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas à CONTRATANTE, reduzindo-se o preço.
- 4.3 Caso, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da CONTRATADA, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, a CONTRATANTE absorverá os ônus adicionais, reembolsando a CONTRATADA dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da CONTRATADA.
- 4.4 Caso, por motivos imputáveis à CONTRATADA, a CONTRATANTE seja penalizada pela emissão equivocada/indevida de Notas Fiscais, os respectivos valores serão descontados de faturamentos da CONTRATADA.
- 4.5 Obrigam-se a CONTRATADA ou suas subcontratadas a manterem-se quites com as contribuições previdenciárias e demais encargos devidos em razão do Contrato, apresentando, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de estar em dia com os referidos pagamentos.
- 4.5.1. Na hipótese da falta de exibição de tal comprovação fica desde já assegurado a CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento da CONTRATADA até que seja cumprida a obrigação.
- 4.5.2. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento de contribuições previdenciárias e outras pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a promover a respectiva retenção, inclusive dos encargos moratórios (juros, multa e correção monetária), cujo montante será deduzido de quaisquer faturamentos ou créditos da CONTRATADA.
- 4.6 Quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA pelo não cumprimento de suas obrigações legais constituirão ônus exclusivo da CONTRATADA e lhe serão debitados pela CONTRATANTE, na hipótese em que esta exerça o direito que lhe é conferido de efetuar o recolhimento.

CLÁUSULA 5ª – PRAZOS

- 5.1. O prazo para a execução dos serviços será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de até 12 (doze) meses, desde que haja manifestação por escrito de ambas as partes, limitado a 60 (sessenta) meses.

- 5.2. O prazo de vigência desta contratação será de 14 (quatorze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado desde que haja manifestação por escrito de ambas as partes, limitado a 60 (sessenta) meses.
- 5.3. No caso de ocorrerem atrasos por fatos previstos em lei, deverá a CONTRATADA, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir de sua verificação, submeter à CONTRATANTE o pedido de alteração de prazos, devidamente justificado e documentado.
- 5.4. Os prazos previstos neste Contrato, de execução e vigência, poderão ser prorrogados, durante a vigência contratual, com a aquiescência da CONTRATADA, por decisão motivada do agente de fiscalização administrativa, por meio de apostilamento.

CLÁUSULA 6ª – EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 6.1 O Contrato deve ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas e condições avençadas, as normas ditadas pela Lei n. 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras, neste instrumento denominado "Regulamento", respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.1.1 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.
- 6.1.2 A fiscalização da execução do presente Contrato deve ser realizada por fiscal técnico e fiscal administrativo da CONTRATANTE, formalmente designados, conforme artigo 85 do Regulamento, e consiste na verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte do CONTRATADO, com a alocação dos recursos, pessoal qualificado, técnicas e materiais necessários.

Unidade de Gestão Técnica:

Departamento de Gestão de Portfólio de Empreendimentos - PNPE

SEPN 504, Bloco D, Centro Corporativo Portinari, Asa Norte

CEP: 70.730-524 - Brasília - DF

E-mail: jader.balbino@eletronorte.gov.br, com cópia para cynthia.chiarelli@eletronorte.gov.br e hugo.laranjeria@eletronorte.gov.br

- 6.1.3 A gestão do presente Contrato deve ser realizada pela unidade de gestão de contrato da CONTRATANTE, que, no presente caso, é o Departamento de Gestão de Portfólio de Empreendimentos - PNPE, conforme endereço abaixo, liderada pelo gestor do Contrato, abrangendo o encaminhamento de providências, devidamente instruídas e motivadas, identificadas em razão da fiscalização da execução do Contrato, suas alterações, aplicação de sanções, rescisão contratual e outras medidas que importem disposição sobre o Contrato.

Unidade de Gestão de Contrato:

Departamento de Gestão de Portfólio de Empreendimentos - PNPE

SEPN 504, Bloco D, Centro Corporativo Portinari, Asa Norte

CEP: 70.730-524 - Brasília - DF

E-mail: jader.balbino@eletronorte.gov.br, com cópia para cynthia.chiarelli@eletronorte.gov.br e hugo.laranjeria@eletronorte.gov.br

- 6.1.4 O gestor ou gestora do Contrato pode suspender a sua execução em casos excepcionais e motivados tecnicamente pelo fiscal técnico do Contrato, devendo comunicá-la ao preposto da CONTRATADA, indicando:
- a) o prazo da suspensão, que pode ser prorrogado, se as razões que a motivaram não estão sujeitas ao controle ou à vontade do gestor do Contrato;
 - b) se deve ou não haver desmobilização, total ou parcial, e quais as atividades devem ser mantidas pela CONTRATADA;
 - c) o montante que deve ser pago à CONTRATADA a título de indenização em relação a eventuais danos já identificados e o procedimento e metodologia para apurar valor de indenização de novos danos que podem ser gerados à CONTRATADA.
- 6.1.5 Constatada qualquer irregularidade na licitação ou na execução contratual, o gestor ou gestora do Contrato deve, se possível, sanear a situação, evitando-se a suspensão da execução do Contrato ou outra medida como decretação de nulidade ou rescisão contratual.
- 6.1.6 As partes contratantes não são responsáveis pela não execução, execução tardia ou parcial de suas obrigações, desde que essa falta resulte, comprovadamente, de fato necessário, cujo efeito não era possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade deve produzir efeitos nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 6.1.7 No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, deve informar expressa e formalmente esse fato à outra parte, no máximo até 10 (dez) dias consecutivos contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.
- 6.1.8 A comunicação de que trata o item anterior deve conter a caracterização do evento e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.
- 6.1.9 O prazo para execução das obrigações das partes, nos termos desta Cláusula, deve ser acrescido de tantos dias quanto durarem as consequências impeditivas da execução das respectivas obrigações da parte afetada pelo evento.
- 6.1.10 A CONTRATADA deve submeter à CONTRATANTE, por escrito, todas as medidas que lhe parecerem oportunas, com vistas a reduzir ou eliminar as dificuldades encontradas, bem como os custos envolvidos. A CONTRATANTE compromete-se a manifestar-se, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, quanto à sua aprovação, recusa ou as disposições por ela aceitas, com seus custos correlatos.
- 6.1.10.1 A não utilização pelas partes de quaisquer dos direitos assegurados neste Contrato, ou na Lei em geral, ou no Regulamento, ou a não aplicação de quaisquer sanções, não invalida o restante do Contrato, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.
- 6.1.11 Os serviços serão executados no Departamento de Gestão de Portfólio de Empreendimentos – PNPE, conforme o endereço abaixo:

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte

Superintendência de Negócios e Gestão de Portfólio de Empreendimentos – PNP
SEPN 504, Bloco D, Centro Corporativo Portinari, Asa Norte
CEP: 70.730-524 - Brasília - DF

E-mail: jader.balbino@eletronorte.gov.br, com cópia para
cynthia.chiarelli@eletronorte.gov.br

Obs.: Haverá possibilidade de trabalho em regime remoto em algumas situações, a critério da CONTRATANTE.

A CONTRATANTE terá a responsabilidade de prover as estações de trabalho necessárias à prestação de serviço.

CLÁUSULA 7ª – RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1 O recebimento do objeto deste Contrato será precedido de minuciosa verificação, por parte da CONTRATANTE, objetivando a comprovação da perfeita execução da totalidade dos serviços, de acordo com este Contrato e com os documentos que o integram, devendo a CONTRATADA acompanhar e facilitar todos os meios ao seu alcance para tal recebimento. (Serviço)
- 7.1.1 O ateste/aprovação do evento deve ocorrer com a emissão do correspondente Certificado de Realização de Evento – CRE (ou Certificado de Realização de Serviço – CRS), que deverá ocorrer até 10 (dez) dias úteis após comprovação da realização dos serviços.
- 7.1.2 A CONTRATADA deverá apresentar toda a documentação suporte necessária à comprovação da realização do respectivo evento, quando da solicitação para a emissão do Certificado de Realização de Evento – CRE (ou Certificado de Realização de Serviço – CRS).
- 7.2 Acaso verifique o descumprimento de obrigações por parte da CONTRATADA, o agente de fiscalização técnica ou administrativo deve comunicar ao preposto desta, indicando, expressamente, o que deve ser corrigido e o prazo máximo para a correção. O tempo para a correção deve ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do Contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.
- 7.3 Realizada a correção pela CONTRATADA, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos nesta Cláusula.
- 7.4 Após o recebimento do objeto desta contratação, caso seja verificada alguma não conformidade, este será recusado ou devolvido para as providências cabíveis.

CLÁUSULA 8ª – DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

- 8.1 A contratada deve se comprometer a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação relevada pela Eletronorte, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Eletronorte, tais como para diretores, funcionários e/ou prepostos que precisem conhecê-la, para os fins desta Contratação, os quais serão devidamente advertidos acerca da natureza confidencial das informações estando vinculados aos termos do presente instrumento de Confidencialidade.
- 8.2 Pelo fato de a Eletronorte compor o Grupo Eletrobras, com ações negociadas em Bolsa de Valores no Brasil e no Exterior, a divulgação antecipada e não autorizada de qualquer informação empresarial está sujeita em enquadramento de crime financeiro.

- 8.3 Em cumprimento à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato, as partes devem observar o regime legal da proteção de dados pessoais, comprometendo-se a proteger e tratar os dados coletados estrita e necessariamente para a execução do Contrato.
- 8.4 As partes são solidariamente responsáveis por eventuais incidentes de segurança de informação, nos termos da legislação vigente, mas a Eletronorte.

CLÁUSULA 9ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 A CONTRATADA terá o direito de receber o valor referente à execução do objeto deste Contrato, desde que devidamente executado.
- 9.2 Constituem obrigações da CONTRATADA, além do disposto neste Contrato e nos documentos que o integram:
- 9.2.1 Executar o objeto deste Contrato, conforme disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e Adendos.
- 9.2.2 Manter, durante a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 9.2.3 Indenizar a CONTRATANTE, seus empregados e empregadas e, ou terceiros, por quaisquer danos ou prejuízos resultantes de quaisquer ações relacionadas com a execução do objeto deste Contrato.
- 9.2.4 Ressarcir a CONTRATANTE de eventuais cobranças fiscais decorrentes de preenchimento incorreto das faturas/notas fiscais e/ou da inobservância das normas fiscais-tributárias vigentes pela CONTRATADA ou suas subcontratadas.
- 9.2.5 Reparar os danos que causar aos titulares de dados pessoais, bem como pelos danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE, mesmo após o encerramento contratual, sejam estes patrimoniais, morais, individuais e coletivos, em razão de seu tratamento indevido, conforme artigo 42 e seguintes da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- 9.2.6 Não transferir a outrem, sob qualquer forma, total ou parcialmente, a responsabilidade pela execução dos serviços objeto do contrato a ser celebrado, salvo quanto a itens que requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente certificados, desde que previstos, formalmente comunicados e aceitos pela Eletronorte.
- 9.2.7 O pessoal disponibilizado pela Contratada na prestação de serviços objeto do Contrato não terá nenhum vínculo empregatício com a Eletronorte. Cabe à Contratada efetuar todos os pagamentos e arcar com todos os encargos previstos nas Leis Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais, sem qualquer responsabilidade de natureza solidária ou subsidiária à Eletronorte.
- 9.2.8 A qualquer tempo, por solicitação da contratante, a contratada deverá substituir profissional que não atender os requisitos de qualidade, eficiência, tempestividade, bem como o não atendimento ao código de ética da Companhia.
- 9.2.9 A Contratada será responsável por qualquer dano causado ao patrimônio da Eletronorte em virtude de mau uso dos bens da empresa.
- 9.2.10 Caberá à Contratada arcar com os todos os custos de deslocamentos de seus profissionais.

CLÁUSULA 10ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 A CONTRATANTE terá o direito de receber o objeto deste Contrato em estrita observância ao Edital de Licitação, seus Anexos e Adendos, e demais elementos que integram o presente Contrato.
- 10.2 Constituem obrigações da CONTRATANTE, além do disposto neste Contrato e nos documentos que o integram:
- 10.2.1 Efetuar os pagamentos das faturas nos prazos estabelecidos neste Contrato.
- 10.2.2 Comunicar formalmente a CONTRATADA, de forma imediata, caso haja qualquer impedimento à entrega das mercadorias, na data fixada, incluindo notificações fiscais.
- 10.2.3 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste Contrato.
- 10.2.4 Conforme disposto no artigo 7º do Decreto 7.203/2010, é vedado que familiar de agente público preste serviços na CONTRATANTE caso o agente público exerça cargo em comissão ou função de confiança nesta Empresa.
- 10.2.5 A gestão desta contratação fará o controle, acompanhamento e administração das atividades aqui contratadas, inclusive atestará a conclusão dos serviços e aprovará o seu pagamento.
- 10.2.6 Solicitar a substituição, mediante comunicação escrita com antecedência adequada para as providências necessárias, quando necessitar substituir pessoal da Contratada em função do profissional não apresentar atendimento conforme esperado pela Superintendência de Negócios e Gestão de Portfólio de Empreendimentos para a prestação dos serviços.
- 10.2.7 Cabe à Eletronorte prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada com relação ao objeto desta Contratação.
- 10.2.8 Conforme disposto no artigo 7º do Decreto 7.203/2010, é vedado que familiar de agente público preste serviços na Eletronorte caso este exerça cargo em comissão ou função de confiança nesta Empresa.
- 10.2.9 Efetuar a conferência da fatura apresentada, bem como da medição dos serviços executados e realizar o pagamento, nos prazos estabelecidos no Contrato.

CLÁUSULA 11ª – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 11.1 Os pagamentos à CONTRATADA serão devidos após a conclusão e a certificação do desempenho dos serviços contratados e emissão de Relatórios com as descrições das atividades executadas.
- 11.2 Antes da emissão da Nota Fiscal, a contratada deverá emitir e encaminhar para o Departamento de Gestão de Portfólio de Empreendimentos - PNPE o Relatório de Acompanhamento Periódico - RAP contendo a descrição das atividades realizadas no período.
- 11.3 A Eletronorte terá 05 (cinco) dias contadas a partir da data de recebimento do Relatório de Acompanhamento Periódico - RAP para analisar, autorizar a emissão da Nota Fiscal e emitir

Contrato emitido sem alterações jurídicas em relação à minuta contratual, aprovada pelo Parecer Jurídico PJUV nº 0034/2022 de 27.01.2022.

o Certificado de Serviços Executado - CSE.

- Os documentos de cobrança serão os descritos abaixo:

- a) Nota Fiscal;
 - b) CSE – Confirmação de Serviços Executados emitido pela Eletronorte especificamente pelo Gerente da área gestora do Contrato;
- Nos documentos de cobrança deverão conter as seguintes informações:
- a) Número do Contrato, o nome do banco, a agência bancária e o número da conta corrente para depósito do pagamento;
 - b) Destaque, no que couber, do valor relativo a retenção do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) com a respectiva alíquota, conforme CTM (Código Tributário Municipal) de cada município; e
 - c) Destaque dos seguintes impostos e contribuições federais que serão retidos na fonte, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e IRPJ.

11.4 A CONTRATADA deverá encaminhar para a CONTRATANTE o arquivo da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, no formato XML, para o endereço nfe@eletronorte.gov.br, podendo incorrer em atraso de pagamento caso o envio deste arquivo não se confirme até o recebimento do fornecimento objeto da contratação. Cada email deverá conter apenas 01 (um) arquivo XML, não sendo possível o envio de arquivos em outro formato, como, por exemplo; *.zip, *.jpeg, *.pdf.

11.4.1 O arquivo em formato XML deverá conter, obrigatoriamente, o número deste Contrato e o número do Item da Planilha de Quantidades e Preços anexa ao Contrato.

11.4.2 A CONTRATADA deverá despachar o objeto desta contratação depois do envio do arquivo XML, o que viabilizará a conferência pela CONTRATANTE dos dados da NF-e com o Instrumento Contratual.

11.5 A CONTRATADA encaminhará o objeto desta contratação, juntamente com o DANFE, observando o local de entrega determinado no Instrumento Contratual. Se o DANFE estiver com alguma não conformidade em relação à Nota Fiscal ou ao Instrumento Contratual, o fornecimento objeto da contratação será recusado e devolvido.

11.6 Nos casos em que a CONTRATADA, com a devida comprovação, não se enquadrar nas hipóteses de obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), os respectivos documentos de cobrança deverão ser apresentados em duas vias, sem conter rasuras de qualquer natureza discriminando os itens de entrega a que se referem, e enviados para o endereço de cobrança constante no Instrumento Contratual.

- A(s) nota(s) fiscal(is) de serviços terá(ão) como destinatário(s), inclusive quanto ao seu preenchimento, o(s) estabelecimento(s) ao(s) qual(is) o(s) serviços(s) será (ão) prestado(s), qual(is) seja(m):

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte
Departamento de Gestão de Portfólio de Empreendimentos – PNPE
SEPN 504, Bloco D, Centro Corporativo Portinari, Asa Norte
CEP: 70.730-524 - Brasília - DF

E-mail: jader.balbino@eletronorte.gov.br, com cópia para
cynthia.chiarelli@eletronorte.gov.br

- 11.7 Os documentos suporte (cópias das notas fiscais e demais documentos) para cobrança deverão ser apresentados no Departamento de Gestão de Portfólio de Empreendimentos - PNPE, no seguinte endereço:

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte
Departamento de Gestão de Portfólio de Empreendimentos - PNPE.
SEPN 504, Bloco D, Centro Corporativo Portinari, Asa Norte
CEP: 70.730-524 - Brasília - DF

E-mail: jader.balbino@eletronorte.gov.br, com cópia para
cynthia.chiarelli@eletronorte.gov.br e hugo.laranjeria@eletronorte.gov.br

- 11.8 O processamento do pagamento dar-se-á em 31 (trinta e um) dias consecutivos, contados a partir da segunda-feira subsequente à data de protocolo dos documentos suporte de cobrança na área gestora do Contrato (conforme IN SUFI 002 – Contas a Pagar).
- 11.9 As faturas/notas fiscais que apresentarem erros ou cuja documentação suporte esteja em desacordo com o contratualmente exigido devem ser devolvidas à CONTRATADA pela unidade de gestão de contrato da CONTRATANTE para a correção ou substituição. A CONTRATANTE, por meio da unidade de gestão de contrato, deve efetuar a devida comunicação à CONTRATADA dentro do prazo fixado para o pagamento. Depois de apresentada a Nota Fiscal/Fatura, com as devidas correções, o prazo previsto no item anterior deve começar a correr novamente do seu início, sem que nenhuma atualização ou encargo possa ser imputada à CONTRATANTE.
- 11.10 Eventuais cobranças fiscais decorrentes de equívocos no preenchimento de documentos fiscais são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 11.11 A CONTRATADA deverá fazer constar dos documentos de cobrança o número deste Contrato, a agência bancária e conta-corrente na qual deverá ser depositado o respectivo pagamento. A CONTRATANTE não se responsabilizará por juros ou encargos resultantes da operação de cobrança.
- 11.12 A CONTRATANTE reserva-se o direito de reter quaisquer parcelas de pagamento devidas à CONTRATADA, importâncias suficientes para satisfazer, ajustar e pagar danos ou prejuízos imputáveis direta ou indiretamente à CONTRATADA e, ou prepostos, após a devida notificação, por parte da CONTRATANTE, à CONTRATADA.
- 11.13 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 11.14 A devolução dos documentos suporte de cobrança não aprovados pela CONTRATANTE, em hipótese alguma, autorizará ou ensejará à CONTRATADA a suspender a execução do objeto desta contratação.
- 11.15 O CNPJ utilizado na emissão do(s) documento(s) de cobrança deverá ser o mesmo que a CONTRATADA apresentou quando da participação na licitação.
- 11.16 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, e mediante pedido da mesma ao gestor deste Contrato, dentro de sua vigência, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao

ano).

11.17 O valor dos encargos será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times VP \times N$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

I = Índice de atualização financeira, calculado como: $(6 / 100 / 365) = 0,00016438$;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA 12ª – SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA 13ª – ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

13.1 A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do Contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do Contrato.

13.1.1 A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

- a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre os mesmos;
- b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do Contrato e o valor orçado pela CONTRATANTE, salvo se o fiscal técnico do Contrato apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do Contrato.

13.1.2 A alteração qualitativa não se sujeita aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

- a) os encargos decorrentes da continuidade do Contrato devem ser inferiores aos da rescisão contratual e aos da realização de um novo procedimento licitatório;
- b) as consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, devem importar prejuízo relevante ao interesse coletivo a ser atendido pela obra ou pelo serviço;
- c) as mudanças devem ser necessárias ao alcance do objetivo original do Contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;
- d) a capacidade técnica e econômico-financeira da CONTRATADA deve ser compatível com a qualidade e a dimensão do objeto contratual aditado;

- e) a motivação da mudança contratual deve ter decorrido de fatores supervenientes não previstos e que não configurem burla ao processo licitatório;
- f) a alteração não deve ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza ou propósito diverso.

13.1.3 As alterações incidentes sobre o objeto devem ser:

- a) instruídas com memória de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico e do fiscal administrativo da CONTRATANTE, que devem avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;
- b) as justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do Contrato da CONTRATANTE; e
- c) submetidas à área jurídica e, quando for o caso, à área financeira da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 14ª – EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

14.1 O equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ocorrer por meio de:

- a) reajuste: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato diante de variação de preços e custos que sejam normais e previsíveis, relacionadas com o fluxo normal da economia e com o processo inflacionário, devido ao completar 1 (um) ano a contar da data da proposta; ou
- b) revisão: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato diante de variação de preços e custos decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, e desde que se configure álea econômica extraordinária e extracontratual, sem a necessidade de periodicidade mínima.

14.1.1 O reajuste deve ser solicitado pela CONTRATADA e deve observar a seguinte fórmula:

$$R = P_o \times [(IPCA_i / IPCA_o) - 1], \text{ onde:}$$

| | |
|----------------|--|
| R | Valor do reajuste |
| P _o | Preço base proposto |
| IPCA | Índice Nacional de Preços ao Consumidor-amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) |
| i | Índice referente ao mês de aniversário da data de apresentação da proposta. |
| o | Índice referente ao mês da apresentação da proposta. |

14.1.2 A revisão deve ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de comprovação:

- a) dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;
- b) da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços,

orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e

- c) de demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.

14.1.3 A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

14.1.4 Caso, a qualquer tempo, a CONTRATADA seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributárias em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas à CONTRATANTE, reduzindo-se o preço.

14.1.5 Caso, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da CONTRATADA, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, a CONTRATANTE absorverá os ônus adicionais, reembolsando a CONTRATADA dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da CONTRATADA.

CLÁUSULA 15ª – FORMALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o Contrato, devendo o extrato do termo aditivo ser publicado no sítio eletrônico da CONTRATANTE.

15.1.1 A decisão sobre o pedido de aditivo contratual deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação. O prazo é suspenso quando realizar-se diligência para requerer comprovações ou informações complementares.

15.1.2 Não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo:

- a) a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;
- b) as atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;
- c) a correção de erro material havido no instrumento de Contrato;
- d) as alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;
- e) as alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados; e
- f) renovações contratuais, sejam por extensão do prazo de execução ou prorrogação do prazo de vigência.

CLÁUSULA 16ª – RESCISÃO

16.1 O inadimplemento contratual de ambas as partes contratantes autoriza a rescisão, que deve ser formalizada por distrato. Aplica-se a teoria do adimplemento substancial, devendo as partes contratantes ponderar, no que couber, antes de decisão pela rescisão:

- a) impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- b) riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- c) motivação social e ambiental do empreendimento;
- d) custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- e) despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- f) despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- g) possibilidade de saneamento dos descumprimentos contratuais;
- h) custo total e estágio de execução física e financeira do Contrato;
- i) empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação do Contrato;
- j) custo para realização de nova licitação ou celebração de novo Contrato;
- k) custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

16.1.1 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA pode dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.1.2 Na hipótese do item anterior, a CONTRATANTE pode conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da CONTRATADA de corrigir a situação.

16.1.3 O Contrato pode ser rescindido pela CONTRATANTE nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria de *Compliance* ou equivalente.

16.1.4 A rescisão contratual, quando promovida pela CONTRATANTE, deve seguir o processo administrativo preceituado no artigo 97 do Regulamento.

CLÁUSULA 17ª – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com o processo administrativo preceituado no artigo 97 do Regulamento, aplicar ao contratado as sanções de advertência ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos, que podem ser cumuladas com multa.

17.1.1 As sanções administrativas devem ser aplicadas diante dos seguintes comportamentos da CONTRATADA:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do Contrato;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;
- d) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- e) comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal.

17.1.2 A CONTRATADA estará sujeita à multa:

- a) de mora, por atrasos não justificados no prazo de execução de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da parcela do objeto contratual em atraso, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- b) compensatória, pelo descumprimento total do Contrato, no montante de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

17.1.3 Se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o Contrato pode ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, do gestor do Contrato, fundamentada na CLAUSULA DA RESCISÃO do presente Contrato.

17.1.4 No caso de objeto cuja execução é feita em etapas ou eventos, o percentual apurado para aplicação da multa compensatória deve incidir sobre o inadimplemento parcial.

17.1.5 Caso a multa não cubra os prejuízos causados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do artigo 416 do Código Civil Brasileiro.

17.1.6 A não observância ao disposto na cláusula PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS do Contrato poderá ensejar penalidades administrativas nas formas previstas na Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, sem prejuízo de aplicação das demais sanções cabíveis.

17.1.7 A multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à CONTRATADA em razão do Contrato em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro Contrato havido entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA 18ª - PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE

18.1 Quaisquer informações relativas ao presente Contrato, somente podem ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, após autorização, por escrito, da CONTRATANTE. Para os efeitos desta Cláusula, deve ser formulada a solicitação, por escrito, à CONTRATANTE, informando todos os pormenores da intenção da CONTRATADA, reservando-se, à CONTRATANTE, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.

CLÁUSULA 19ª - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1 Em cumprimento à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato celebrado, as partes devem observar o regime legal da proteção de dados pessoais, comprometendo-se a proteger e tratar os dados coletados estrita e necessariamente para a execução do Contrato.

19.2 As partes são solidariamente responsáveis por eventuais incidentes de segurança de informação, nos termos da legislação vigente, mas a CONTRATANTE garante, no âmbito deste Contrato, o seu direito de regresso contra a CONTRATADA, caso fique comprovado não ter sido ela a dar causa ao evento.

19.3 As partes obrigam-se a:

- a) Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins a que se destinam, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta;
- b) Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas;
- c) Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenha sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis de plano;
- d) Conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades contratuais ou pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade;
- e) Implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra alteração, perda, ou ainda difusão, acesso ou destruição - acidental ou intencionalmente - não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
- f) Informar, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a outra parte caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada;
- g) Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade;
- h) Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

CLÁUSULA 20ª – ATOS LESIVOS À CONTRATANTE

20.1 Com fundamento no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, a CONTRATADA está sujeita às sanções estabelecidas na Cláusula DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA deste Contrato, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à CONTRATANTE, assim definidos:

- a) fraudar o presente Contrato;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações deste Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou neste instrumento contratual; ou
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato; e

- e) realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n. 12.846/2013, Decreto n. 8.420/2015, Lei n. 13.303/2016, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas no presente Contrato.

20.1.1 As sanções indicadas nesta Cláusula aplicam-se quando a CONTRATADA se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.

CLÁUSULA 21ª — RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

21.1 A prática, pela CONTRATADA, de qualquer ato lesivo previsto na Cláusula ATOS LESIVOS À CONTRATANTE deste Contrato, ou no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, a sujeita, com fundamento no artigo 6º da Lei n. 12.846/2013, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

- a) Multa, equivalente a 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;
- b) Publicação extraordinária da decisão condenatória;
- c) Na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea "a" deste item, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

21.1.1 As sanções descritas no item anterior devem ser aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

21.1.2 A CONTRATANTE deve levar em consideração na aplicação das sanções aqui previstas o estabelecido no artigo 7º e seus incisos da Lei n. 12.846/2013.

21.1.3 Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei 13.303/2016, e tenha ocorrido a apuração conjunta, a CONTRATADA também está sujeita às sanções administrativas deste Contrato, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.1.4 A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR deve ser publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da CONTRATANTE.

21.1.5 A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

21.1.6 A CONTRATADA sancionada administrativamente pela prática de atos lesivos contra a CONTRATANTE, nos termos da Lei n. 12.846/2013, deve publicar a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) Em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica contratada ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

- b) Em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) Em seu sítio eletrônico, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

21.1.7 A publicação a que se refere o item anterior será feita às expensas da pessoa jurídica sancionada.

21.1.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à CONTRATANTE, resultantes de ato lesivo cometido pela CONTRATADA, com ou sem a participação de agente público.

21.1.9 O PAR e o sancionamento administrativo devem obedecer às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei n. 12.846/2013 e no Decreto n. 8.420/2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo, ainda, da aplicação do ato de que trata o artigo 21 do Decreto n. 8.420/2015.

21.1.10 Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

21.1.11 As disposições desta Cláusula aplicam-se quando a CONTRATADA se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.

21.1.12 Não obstante o disposto nesta Cláusula, a CONTRATADA está sujeita a quaisquer outras responsabilizações de natureza cível, administrativa e, ou criminal, previstas neste Contrato e, ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações.

CLÁUSULA 22ª – POLÍTICA DE CONFORMIDADE

22.1 A CONTRATADA declara e garante que nem ela, diretamente ou por intermédio de qualquer subsidiária ou afiliada, e nenhum de seus diretores, empregados ou qualquer pessoa agindo em seu nome ou benefício, realizou ou realizará qualquer ato que possa consistir em violação às proibições descritas (i) na Lei n. 12.846/2013, doravante denominada "Lei Anticorrupção Brasileira", (ii) na Lei Contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977 dos Estados Unidos da América (*United States Foreign Corrupt Practices Act of 1977, 15 U.S.C. §78-dd-1, et seq.*, conforme alterado), doravante denominada FCPA, (iii) e nas convenções e pactos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, em especial a Convenção da OCDE sobre Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção Interamericana contra a Corrupção – OEA, todas referidas como "Leis Anticorrupção", incluindo pagamento, oferta, promessa ou autorização de pagamento de dinheiro, objeto de valor ou mesmo de valor insignificante mas que seja capaz de influenciar a tomada de decisão, direta ou indiretamente, a:

- a) qualquer empregado, oficial de governo ou representante de, ou qualquer pessoa agindo oficialmente para ou em nome de uma entidade de governo, uma de suas subdivisões políticas ou uma de suas jurisdições locais, um órgão, conselho, comissão, tribunal ou agência, seja civil ou militar, de qualquer dos indicados neste subitem, independentemente de sua constituição, uma associação, organização, empresa ou empreendimento controlado ou de propriedade de um governo, ou um partido político (os itens "a" à "d" doravante denominados conjuntamente autoridade governamental);

- b) um oficial legislativo, administrativo ou judicial, independentemente de se tratar de cargo eletivo ou comissionado;
- c) um oficial de, ou indivíduo que ocupe um cargo em, um partido político;
- d) um candidato ou candidata a cargo político;
- e) um indivíduo que ocupe qualquer outro cargo oficial, cerimonial, comissionado ou herdado em um governo ou qualquer um de seus órgãos; ou
- f) um oficial ou empregado(a) de uma organização supranacional (por exemplo, Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, OCDE) (doravante denominado oficial de governo);
- g) ou a qualquer pessoa enquanto se saiba, ou se tenha motivos para crer que qualquer porção de tal troca é feita com o propósito de:
 - g.1) influenciar qualquer ato ou decisão de tal oficial de governo em seu ofício, incluindo deixar de realizar ato oficial, com o propósito de assistir a CONTRATANTE ou qualquer outra pessoa a obter ou reter negócios, ou direcionar negócios a qualquer terceiro;
 - g.2) assegurar vantagem imprópria;
 - g.3) induzir tal oficial de governo a usar de sua influência para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de uma autoridade governamental com o propósito de assistir a CONTRATANTE ou qualquer outra pessoa a obter ou reter negócios, ou direcionar negócios a qualquer terceiro; ou
 - g.4) fornecer, um ganho ou benefício pessoal ilícito, seja financeiro ou de outro valor, a tal oficial de governo.

22.2 A CONTRATADA, inclusive seus diretores, empregados e todas as pessoas agindo em seu nome ou benefício, com relação a todas as questões afetando a CONTRATANTE ou seus negócios, se obrigam a:

- a) permanecer em inteira conformidade com as Leis Anticorrupção, e qualquer legislação antissuborno, anticorrupção e de conflito de interesses aplicável, ou qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares, abstendo-se de qualquer conduta que possa ser proibida a pessoas sujeitas às Leis Anticorrupção;
- b) tomar todas as precauções necessárias visando prevenir ou impedir qualquer incompatibilidade ou conflito com outros serviços ou com interesses da CONTRATANTE, o que inclui o dever de comunicar as relações de parentesco existentes entre os colaboradores da CONTRATADA e da CONTRATANTE; e
- c) observar, no que for aplicável, o Programa de *Compliance* da CONTRATANTE, sobre o qual declara ter pleno conhecimento.

22.3 A CONTRATANTE se reserva no direito de realizar auditoria na CONTRATADA para verificar sua conformidade com as leis e o seu Programa de *Compliance*, sendo a CONTRATADA responsável por manter em sua guarda todos os arquivos e registros evidenciando tal conformidade, assim como disponibilizá-los à CONTRATANTE dentro de 5 (cinco) dias a contar de sua solicitação.

- 22.4 Entendendo que é papel de cada organização fomentar padrões éticos e de transparência em suas relações comerciais, a CONTRATANTE incentiva a CONTRATADA, caso ainda não possua, a elaborar e implementar programa de integridade próprio, observando os critérios estabelecidos no Decreto n. 8.420/2015.
- 22.5 Caso a CONTRATADA ou qualquer de seus colaboradores venha a tomar conhecimento de atitudes ilícitas ou suspeitas, especialmente se referentes à violação das Leis Anticorrupção, deve informar prontamente à CONTRATANTE, por meio do Canal de Denúncias www.canaldedenuncias.com.br e no telefone 0800 377 8037.
- 22.6 Fica esclarecido que, para os fins do presente Contrato, a CONTRATADA é responsável, perante a CONTRATANTE e terceiros, pelos atos ou omissões de seus colaboradores.

CLÁUSULA 23ª – PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

- 23.1 A CONTRATADA, em consonância com os princípios e normas constantes do “Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços” da CONTRATANTE, deverá implementar, sempre que possível, na execução do objeto deste Contrato, políticas que respeitem e valorizem a diversidade, garantindo tratamento equânime, repudiando preconceitos e discriminações de gênero e raça.

CLÁUSULA 24ª - CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DAS EMPRESAS ELETROBRAS

- 24.1 A CONTRATADA declara conhecer e compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o “Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras” e o “Guia de Conduta para Fornecedores das Empresas Eletrobras” disponíveis no site da Eletrobras (<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Regulamentacao.aspx>), além dos princípios e padrões do “Programa de Integridade (Compliance) das Empresas Eletrobras” (<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Programa-de-Integridade.aspx>), cuidando para que suas disposições sejam observadas, no que couber, por todos os seus diretores, empregados, prepostos ou qualquer pessoa agindo em seu nome alocados para os serviços ou fornecimento de bens, objeto deste Contrato, ao longo de toda a sua execução.

CLÁUSULA 25ª - DUE DILIGENCE DE SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

- 25.1 A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, durante o período de vigência contratual, *Due Diligence* de Sustentabilidade e Direitos Humanos, por meio de formulários, ou ainda diligência nas dependências da CONTRATADA, nos locais de realização dos serviços contratados, com ciência prévia da CONTRATADA, a fim de monitorar e verificar o cumprimento das disposições contidas no “Guia de Conduta para Fornecedores das Empresas Eletrobras”, no “Código de Conduta Ética e de Integridade das Empresas Eletrobras”, no instrumento contratual, bem como para verificação das informações prestadas nos formulários de diligenciamento preenchidos pela CONTRATADA.
- a) A CONTRATADA deverá atender à solicitação de Due Diligence, sempre que demandada pela CONTRATANTE, prestando todas as informações necessárias, bem como possibilitando os acessos (físico e à informação) necessários aos empregados formalmente designados para este fim, no que couber;
- b) Pelo não atendimento à solicitação de Due Diligence, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com preceituado no Regulamento e na lei de

regência, aplicar à CONTRATADA as sanções de advertência e, permanecendo o descumprimento, a aplicação de multa;

- c) O valor da multa pelo não atendimento à solicitação de Due Diligence, quando aplicado, fica estabelecido em 0,1% (um décimo por cento) calculado sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA 26ª - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE CONTRATO

26.1 Para garantia do fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações ora ajustadas, a CONTRATADA deve, dentro de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, apresentar garantia no valor equivalente a 10% por cento do valor total do Contrato, a depender se houve GARANTIA SUBSTITUTIVA na sessão pública, para o Contratado ser classificado no quesito da habilitação econômico-financeira, que deve cobrir o período de execução contratual e estender-se por 3 (três) meses após o término da vigência, devendo ser renovada a cada prorrogação ou renovação contratual e complementada em casos de aditivos e apostilas para reajustes.

26.1.1 A CONTRATADA deve prestar garantia numa das seguintes modalidades, nos termos estipulados no anexo Garantias de Cumprimento do Contrato do Edital de Licitação:

- a) Fiança Bancária, acompanhado dos seguintes documentos a seguir listados, para análise e aceitação por parte da CONTRATANTE:

I - Estatuto Social e ata de posse da diretoria da Instituição Financeira;

II - Quando Procuradores, encaminhar as procurações devidamente autenticadas, com poderes específicos para representar a Instituição Financeira;

III - Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultado dos últimos dois anos, acompanhado das notas explicativas e respectivos pareceres do Conselho de Administração e Auditores Independentes;

IV - Memória de cálculo do Índice de Adequação de Capital (Índice da Basileia) e Índice de Imobilização, comprovando que a instituição financeira está enquadrada no limite estabelecido pelo Banco Central, para comparação e validação com os dados disponíveis no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br).

- b) Caução em dinheiro, valor depositado pela CONTRATADA, no Banco do Brasil S.A., Agência 3064-3, Conta Corrente nº 204.204-5, em nome da CONTRATANTE. A cópia do recibo será entregue ao gestor do Contrato.
- c) Seguro Garantia feito junto à entidade com situação regular no mercado de seguros do Brasil, para análise e aceitação por parte da CONTRATANTE, e o pagamento do prêmio deverá ser efetuado em parcela única.

26.1.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deve assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento ou do cumprimento irregular do objeto do presente Contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

- c) Multas moratórias e compensatórias aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber

- 26.2 A CONTRATANTE terá até 10 (dez) dias consecutivos para analisar a Garantia Contratual prevista no caput desta cláusula. Caso a documentação apresentada não seja aceita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA terá até 5 (cinco) dias consecutivos para apresentar nova garantia conforme condições exigidas nesta cláusula, tendo a CONTRATANTE 5 (cinco) dias consecutivos para a nova análise (parágrafo novo da FFCG).
- 26.3 A inobservância do prazo fixado no caput desta cláusula para apresentação da garantia acarreta a aplicação de multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, limitada a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor total do Contrato.
- 26.4 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) consecutivos dias para a apresentação da garantia autoriza a CONTRATANTE a:
- 26.5 Promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas obrigações; ou
- 26.6 Reter o valor da garantia dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA até que a garantia seja apresentada.
- 26.7 A garantia deve ser considerada extinta:
- 26.8 Com o fim da vigência da apólice ou carta-fiança (redação nova FFCG) ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato; ou
- 26.9 Após 3 (três) meses do término da vigência do presente Contrato.
- 26.10 Fica facultado à CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, em função do estágio de execução do Contrato, reduzir ou isentar a CONTRATADA da renovação e, ou complementação da garantia, conforme previsto no caput desta cláusula.

CLÁUSULA 27ª FORO

27.1 As partes contratantes elegem o foro da cidade de Brasília/DF, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 01 (uma) via, com assinaturas digitais válidas.

Brasília-DF, de de

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte

THS Tecnologia, Informação e Comunicação LTDA

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PLANILHA DE QUANTIDADES E DE PREÇOS

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | QDE. | PREÇO UNITÁRIO 01 mês (R\$) | PREÇO TOTAL 12 meses (R\$) |
|---------------------------------|--|------|--------------------------------|-------------------------------|
| 01 | Serviços de acompanhamento de implantação de empreendimentos com foco em Gestão do Portfólio | 01 | 38.000,00 | 456.000,00 |
| 02 | Serviços de suporte aos usuários do módulo PS e SAC do SAP com foco em Gestão do Portfólio | 01 | 26.716,66 | 320.599,92 |
| VALOR TOTAL GLOBAL (R\$) | | | | 776.599,92 |